



**Plano de Actividades
e
Orçamento 2016**

Índice

1.	PREÂMBULO	3
2.	INTRODUÇÃO	4
3.	LINHAS DE ACÇÃO PARA 2016	5
3.1.	GOVERNAÇÃO DA INTERNET	6
3.2.	PROTECÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NA INTERNET	8
3.3.	EXPANSÃO DO IPV6	9
3.4.	ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE/ASSOCIADOS	10
3.5.	ESTRUTURAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DA ISOC PORTUGAL CHAPTER.....	10
4.	ORÇAMENTO	10

1. Preâmbulo

O presente Plano de Actividades e Orçamento cobre o ano de 2016 e foi elaborado tomando em consideração as linhas gerais do que foi proposto e aprovado para o triénio de 2014 a 2016, tendo sido adaptado face à dinâmica nacional e internacional nas áreas em que a actividade do ISOC Portugal Chapter se insere. Procurámos ainda incorporar as sugestões recebidas dos associados na sequência de solicitação de contributos via por correio electrónico do final de Outubro de 2015.

Assim o ISOC Portugal centrará a sua intervenção nas diversas áreas da governação da Internet, procurando concretizar acções mais estruturadas nas áreas que consideramos mais prioritárias face ao contexto nacional, europeu e internacional. Os problemas de manter a Internet aberta, neutra e um espaço de livre expressão, sem qualquer tipo de controlo ilegal, são os que nortearão a actividade do ISOC Portugal. Alguma opacidade que governo e empresas do sector mantêm sobre o uso da informação individual que colecionam e o modo como a partilham é um dos problemas centrais que serão alvo de intervenção.

Naturalmente e apesar de se notar ainda a necessidade de melhorias em diversas áreas, Portugal já tem um nível assinalável de desenvolvimento da Internet, do seu uso pelos cidadãos e pelas empresas. Assim há problemas tratados pela Internet Society, como sejam os relativos à conectividade e literacias básicas, que em Portugal só necessitam de intervenções pontuais. Naturalmente o ISOC Portugal está atento a estes problemas e, aqui, também procurará intervir.

Tratando-se do segundo e último triénio do mandato da equipa directiva haverá a necessidade de dinamizar o surgimento de novos dirigentes para dar continuidade a esta associação. Este é um desafio lançado especialmente a todos os nossos associados.

2. Introdução

A Internet Society (ISOC) é uma organização sem fins lucrativos fundada em 1992 com os objectivos de liderar vários processos relacionados com as normas, educação e políticas associadas à Internet.

A ISOC está dedicada a assegurar o desenvolvimento aberto, evolução e uso da Internet em benefício das pessoas em todo o Mundo.

A Associação ISOC Portugal Chapter é uma organização sem fins lucrativos e tem como fim a promoção em Portugal do desenvolvimento harmonioso, acessível, aberto, não discriminatório e seguro da Internet, com respeito pelos princípios da liberdade de expressão e da privacidade.

No período 2014-2016 a ISOC Portugal Chapter manterá como principal missão:

“Contribuir para a expansão do uso da Internet em Portugal”

Para atingir este objectivo tão lato procuraremos, em primeiro lugar, continuar a consolidar a associação reforçando a estrutura humana, organizativa e financeira que garanta a agilidade da associação com um mínimo possível de recursos. O facto de a associação não ter pessoal permanente e funcionar sómente com base de associados dedicados limita a concretização de algumas actividades, mas permite manter uma organização leve do ponto de vista financeiro.

Continuarão a ser concretizadas acções cujo móbil será o de aumentar a eficiência da passagem da mensagem da Internet como: i) um instrumento e uma ferramenta onde os elementos inovação e conhecimento sem fronteiras são basilares; e ii) o veículo tecnológico da sociedade da informação e do conhecimento. Mas face aos desafios e os perigos, aliás recentemente trazidos para a ribalta, em matéria de segurança e protecção de direitos nas suas diferentes vertentes, esta será uma área onde procuraremos intervir a mobilizar a comunidade Internet nacional.

3. Linhas de Acção para 2016

Há uma diversidade de áreas da nossa sociedade onde a Internet é hoje o veículo e suporte central. Por outro lado, a intervenção de uma associação que procura uma maior consolidação, aconselha a um pragmatismo que só pode ser materializado na abertura de um número limitado de frentes de actuação.

Não sendo a associação financiada através de quotizações, o que tem sido opção para não sobrecarregar os seus associados, tem tido difícil angariar outros tipos de financiamentos, associados a actividades específicas, pelo contexto financeiro das organizações nacionais, o que limita significativamente a sua capacidade de actuação.

Por outro lado para obter contributos que ajudem a moldar as actividades de 2016 aos interesses e contributos dos associados foi feito o seguinte pedido para a lista dos associados:

Caros associados do ISOC Portugal Chapter,

Nos termos estatutários devemos ter uma Assembleia Geral antes do final de Nov/2015 para aprovar o Plano de Actividades e Orçamento para 2016 (PAO/2016).

Para a preparação do PAO/2016 gostaríamos de ter uma intervenção mais activa dos associados. Assim pedimos aos associados que tenham propostas que desejem ver contempladas no Programa de Actividades do próximo ano que nos enviem, até 8/Novembro/2015, um pequeno resumo dessas actividades bem como a respectiva abordagem para levar a cabo esse desígnio, em termos de envolvimento pessoal ou institucional.

É intenção da Direcção manter as seguintes linhas de intervenção:

- Envolvimento na organização do Fórum para a Sociedade da Informação - Governação da Internet
- Pugnar pela continuação da implementação do IPv6 em todos os *stakeholders* da Internet portuguesa
- Tentar envolver mais mulheres nos diversos aspectos profissionais da Internet, e assim contribuir para uma maior igualdade de género em todas as dimensões da Sociedade da Informação

Sendo o último ano do mandato da actual direcção há um conjunto de aspectos que convém começar a tratar, designadamente o aparecimento de novos corpos gerentes na medida em que, nos termos estatutários, a actual Direcção não pode ter novo mandato.

Cumprimentos,

Pedro Veiga

PS: Os contributos podem ser enviados para isoc.portugal@gmail.com

Os contributos recebidos foram incorporados no presente plano de actividades. Assim, para 2016 propõe-se dirigir a actuação da ISOC Portugal Chapter para as seguintes áreas de actuação:

- Governação da Internet;
- Protecção de direitos fundamentais na Internet;
- Expansão do IPv6;
- Envolvimento da comunidade/associados

3.1. Governação da Internet

A Internet veio contribuir para a alteração de inúmeras facetas da nossa sociedade. A Internet é a plataforma de comunicações que veio viabilizar a criação de novos paradigmas de relacionamento em todas as áreas sociais, políticas e económicas. Os serviços prestados pelas empresas ou pelo Estado, o relacionamento entre as pessoas e o modo como temos acesso aos mais diversos tipos de informação foram completamente revolucionados pela Internet.

Neste novo mundo muitos agentes económicos e sociais têm-se preocupado com a governação deste novo meio.

A governação da Internet pode ser definida como o desenvolvimento e aplicação pelos governos, sector privado e sociedade civil, no âmbito das respectivas competências e atribuições, de princípios, normas, regras, processos decisoriais e programas comuns, que regulam a evolução e utilização da Internet.

Esta é a definição original dada na Agenda de Tunis para a Sociedade da Informação e disponível em: <http://www.itu.int/wsis/docs2/tunis/off/6rev1.pdf>

Mas quando se fala da governação da Internet não se pode ficar alheio ao papel fundamental de um conjunto de organizações que, às escalas nacionais, europeia e mundial, têm trabalhado no sentido de lidar com as matérias e problemas que daí advém. Merecem-nos aqui especial destaque a ICANN, o IGF, a ITU, a Internet Society, a Comissão Europeia e, a nível dos países, os governos e as entidades responsáveis pela gestão dos ccTLD's.

Este modelo *multi-stakeholder* preconiza uma colaboração, intervenção e partilha de responsabilidades entre governos, o sector privado nas suas várias dimensões, a sociedade civil onde as ONG tem um papel chave e os cidadãos.

A Declaração de Princípios de Genebra e o Plano de Acção (site ITU) foram os primeiros documentos que permitiram identificar as linhas mestras que a comunidade mundial identificou como relevantes. Os documentos que vieram a ser aprovados em Tunis, *O Compromisso de Tunis* e, em especial, *A Agenda de Tunis para a Sociedade da Informação*, vieram definir uma série de objectivos e caminhos para os atingir.

Após 2005 a Agenda de Tunis tem sido acompanhada, numa base anual através um encontro, o IGF (Internet Governance Forum) que se tem reunido anualmente, tendo decorrido no Brasil, em João pessoa, o IGF de 2015.

A nível da Europa também existe, de igual modo, uma crescente atenção para os problemas na área da governação da Internet. A Europa será, quiçá, a região do globo onde há uma maior estruturação do pensamento nesta área. Foi criado um fórum de discussão destes temas, o EuroDIG (European Dialogue on Internet Governance), onde se estudam e discutem os desafios presentes e futuros que a Internet está a trazer para a agenda da sociedade europeia.

O ISOC Portugal Chapter tem ajudado a dinamizar o Fórum para a Governação da Internet que tem sido organizado numa base anual. Para 2016 contamos que o fórum se volte a realizar, indo o ISOC Portugal propor uma duração do evento um pouco mais longa e que permita discussões mais profundas dos temas que venham a estar na agenda.

O ISOC Portugal propõe-se constituir, logo no início de 2016, um grupo de trabalho para estudar a possibilidade de criar uma “Constituição para a Internet Portuguesa” que venha a ser proposta às entidades públicas competentes, para discussão e aprovação. Como ponto de partida para este trabalho sugere-se que as iniciativas que existem no Brasil e Itália sejam usadas como ponto de partida.

3.2. Protecção de direitos fundamentais na Internet

Em 2015 acelerou-se uma tendência de controlo da Internet por diversos actores. Desde alguns governos que continuam a filtrar o acesso dos seus cidadãos à Internet global, a sugestões de proibição do uso da criptografia, por práticas de controlo de partes da Internet sem passar pelo sistema de justiça ou passando pelas discussões sobre Net Neutrality que podem criar uma Internet de baixa qualidade para quem não possa pagar tarifas mais elevadas exigidas pelos operadores.

O Conselho da Europa publicou em 2014 o “Guide to Human Rights for Internet Users”. Trata-se de um documento de grande relevância que o ISOC Portugal se propõe levar a discussão através de evento(s) específicos à abordagem da temática.

Finalmente convém notar que a crescente penetração na nossa sociedade da Internet das Coisas, em que cada vez mais dispositivos terão capacidades acrescidas de armazenamento, processamento e conectividade traz novos desafios à privacidade que convém discutir e ver que medidas fazem falta para garantir os direitos fundamentais na Internet.

3.3. Expansão do IPv6

Quando os protocolos da Internet foram inventados os seus criadores, Vint Cerf e Bob Kahn, nunca imaginaram a dimensão que a rede viria a atingir. Na concepção do protocolo IP os campos dos endereços tinham 32 bits, o que limita a capacidade de endereçamento deste protocolo a cerca de 4.295 milhões de computadores distintos, em uso simultâneo.

Face ao crescimento da Internet e da população mundial, no início da década de 90 do sec. XX tornou-se claro que os endereços IPv4 se viriam a esgotar mais tarde ou mais cedo. Para resolver este problema e, em simultâneo, introduzir melhorias para ultrapassar algumas limitações entretanto reconhecidas, foi proposto e adoptada uma nova versão do protocolo, o IPv6.

A Internet Society vem desde há muitos anos a acompanhar este assunto, juntamente com muitas outras entidades e fornecedores de tecnologia para a Internet, entidades públicas e privadas e governos.

O IPv6 tem-se implantado a um ritmo lento, pela percepção generalizada de que o IPv4 ainda teria endereços disponíveis durante bastante tempo. Mas chegou agora o momento crítico, já que a IANA esgotou os blocos de endereços que ainda detinha. Desde o dia 3 de Fevereiro de 2011 que só os RIRs (Regional Internet Registries) de 3 regiões do globo tem endereços para distribuir para os ISPs das respectivas regiões. Na Ásia/Pacífico e na Europa o esgotamento dos endereços IPv4 já ocorreu há mais de dois anos, pelo que há que aumentar a pressão sobre as várias entidades nacionais, com destaque para a Administração Pública, onde a adaptação das aplicações do Governo Electrónico ainda não se terá iniciado, para que comunidade portuguesa continue na vanguarda da adopção do IPv6, em toda a sua plenitude.

O ISOC Portugal Chapter irá estar alinhado com as várias actividades do ISOC a nível internacional e, no caso específico do IPv6, continuará a concretizar em Portugal iniciativas de divulgação da necessidade de migração atempada para a compatibilidade com o IPv6 das redes, sistemas aplicativos e servidores diversos, para evitar uma fragmentação da Internet nacional e mundial numa rede com acessibilidade global e outra que só é acessível por quem tem IPv6.

Conta-se organizar, no 1º trimestre de 2016, um evento em colaboração com a ANACOM e os principais operadores de comunicações nacionais para fazer um ponto de situação da adopção do IPv6 em Portugal.

3.4. *Envolvimento da comunidade/associados*

Desde o início da sua actividade o Chapter nacional do ISOC tem procurado reunir a sua comunidade, em muito personificada nos seus associados, por forma a procurar obter sinergias, sugestões e ideias. Em suma, temos procurado sempre, e dentro dos poucos meios ao nosso dispor, envolver a comunidade no trabalho da Associação. Infelizmente, sem grande sucesso.

Anualmente têm-se procurado encontrar soluções para aquilo que identificámos como um problema, sobretudo porque nos é permitido saber que há interesse e conhecimento sobre as matérias que procuramos levar à discussão. Em 2016, vamos seguir um caminho que nos parece poder de alguma forma contribuir para motivar e envolver os nossos associados.

O programa de acção, ainda que visto como um todo, será divulgado por acção concreta, usando para o efeito o website corporativo www.isoc.pt, com informação institucional e a conta de facebook: <https://www.facebook.com/ISOC-Portugal-Chapter-184495518264110/?fref=ts> para uma divulgação mais frequente de notícias. Será ainda usada a lista de distribuição forum@isoc.pt.

Manteremos o envio semanal do nosso *clipping* de notícias. Os membros serão ainda convidados a participar no Facebook do ISOC Portugal fazendo dele também um instrumento de troca de opiniões aberto e dinâmico.

Reiteramos por fim, o nosso interesse e acolhimento relativamente a todas as sugestões e propostas de desenvolvimento de iniciativas que se enquadrem no âmbito do ISOC. Para tal basta recorrer aos canais de comunicação a que fizemos menção anteriormente.

3.5. *Estruturação e sustentabilidade da ISOC Portugal Chapter*

No que respeita à sustentabilidade financeira e tendo-se optado por continuar a não cobrar quotizações aos associados, o funcionamento da associação continuar a ser feito numa base de patrocínios dirigidos aos eventos a organizar, que deverão ter garantias de sustentabilidade, um a um.

4. Orçamento

Governança da Internet:

- Trazer para Portugal os grandes temas em que a ISOC a nível internacional é protagonista de relevo através de seminários junto da comunidade académica, ONGs nacionais com interesse na área, meios de comunicação nacional e sector empresarial.
- Interagir activamente com os organismos governamentais que representam Portugal nos fora internacionais fazendo-nos igualmente neles representar e ouvir.
- Criar e dinamizar grupo de interessados na discussão da viabilidade de criação de uma “Constituição para a Internet Portuguesa”

Protecção de direitos fundamentais na Internet

- Criação de grupo de trabalho sobre Internet das Coisas
- Criação de um grupo de trabalho para estudar a viabilidade de uma “Constituição para a Internet Portuguesa”

Expansão do IPv6:

- Promover iniciativas de divulgação da necessidade de migração atempada para a compatibilidade com o IPv6 das redes, sistemas aplicativos e servidores diversos, com relevo para os que dão suporte à Administração Pública, ainda sem migração anunciada, para evitar uma fragmentação da Internet nacional e mundial numa rede com acessibilidade global e outra que só é acessível por quem tem IPv6.

Divulgação e imagem:

- Divulgação pública da associação: Internet, imprensa entidades relevantes para o desenvolvimento da Internet em Portugal;
- Gestão de uma presença mais activa no Facebook como instrumento de discussão e partilha de informação dos temas chave da associação;
- Continuar a explorar o modelo de sustentabilidade financeira com base em associados institucionais: associado platina, associado ouro e associado prata;
- Angariação de patrocínio e/ou donativos.

	<i>Uni. Eur.</i>
	2016
Rendimentos	<i>5.000,00</i>
Patrocínios	5.000,00
Gastos	<i>12.000,00</i>
Formação	7.000,00
Comunicação e divulgação	2.000,00
Outros gastos	3.000,00

Lisboa, 21 de Dezembro, de 2015

O Presidente da Direcção
Pedro Veiga